

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº AGSUS.000716/2025-73

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência (TR) tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia civil, para reforma e adequação de edificação existente para implantação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-YY), localizado em Boa Vista/RR, conforme especificações constantes no presente documento.

1.2. A Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS — AgSUS, foi demandada pelo MS/SESAI a contratar e gerir a execução desta adequação física, conforme as condições, exigências e especificações técnicas estabelecidas no Projeto Básico e memoriais descritivos produzidos pela Secretaria de Saúde Indígena — SESAÍ.

1.3. A presente contratação visa o atendimento das necessidades de infraestrutura logística para armazenamento de insumos de saúde, conforme detalhamento técnico contido neste documento e nos demais anexos.

1.4. O conjunto de documentos técnicos disponibilizados pela SESAÍ caracteriza-se como Projeto Básico, nos termos das boas práticas de engenharia, contendo a definição da solução arquitetônica, funcional e dos principais parâmetros técnicos da obra, com nível de detalhamento suficiente para a caracterização do objeto e estimativa de custos, porém não exauriente quanto às definições executivas.

1.5. Considerando a elevada complexidade inerente a intervenções em edificações existentes, bem como a possível necessidade de adequação das soluções do Projeto Básico às condições reais verificadas em campo, adotou-se, na presente contratação, modelo no qual compete à Contratada a elaboração do Projeto Executivo completo, abrangendo todos os detalhamentos técnicos, dimensionamentos, compatibilizações e definições construtivas indispensáveis à plena execução do objeto. Adicionalmente, justifica-se a pertinência de participação de empresas com atuação local no desenvolvimento das soluções técnicas, tendo em vista que o conhecimento prévio das características geotécnicas da região, da disponibilidade de insumos e das metodologias construtivas usualmente empregadas no contexto regional contribui significativamente para a maior precisão das soluções adotadas, mitigação de riscos técnicos, otimização de custos e maior eficiência na execução contratual.

1.6. Nesse cenário a Contratada será responsável:

a) pela elaboração do Projeto Executivo completo, tendo em vista, principalmente, as diretrizes, parâmetros e concepção estabelecidos no Projeto Básico, no Caderno de Encargos, e demais documentos anexos a este TR; e

b) pela obra de reforma e adequação da edificação existente para implantação do CAF, conforme Projeto Executivo aprovado pela Contratante.

1.7. A obra compreende intervenções estruturais, arquitetônicas, de eletricidade, hidrossanitárias, de climatização, prevenção e combate a incêndio, acabamentos e demais serviços necessários à plena adequação funcional, operacional e sanitária do CAF:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	TABELA (SERVIÇOS E INSUMOS) SINAPI REFERÊNCIA	ÁREA TOTAL	CATSER
1	Reforma e adaptação de edificação sob domínio do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami - DSEI YY, destinada a abrigar a Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF	SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, COM DESONERAÇÃO, estabelecida para o município de Boa Vista - RR.	551,00 m ²	1619

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem por objeto a execução integral da obra de reforma e adaptação de edificação sob domínio do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami - DSEI YY, destinada a abrigar a Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, daquela unidade da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAÍ, localizada à Avenida Capitão Ene Garcez, 2233, Bairro Aeroporto, Boa Vista, Estado de Roraima, compreendendo todos os serviços, fornecimentos e atividades necessários à completa e adequada execução do empreendimento, incluindo, entre outros:

SERVIÇOS INCLuíDOS	
ETAPA MACRO	DESCRIÇÃO DETALHADA
Projeto Executivo	Elaboração completa do Projeto Executivo (todas as modalidades), incluindo eventuais levantamentos complementares, investigações técnicas necessárias, compatibilização de disciplinas e emissão das ARTs correspondentes. Validação do projeto junto à Contratante. Planejamento executivo da obra. A emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

	deve anteceder o início da fase de execução física do objeto.
Serviços Preliminares e Instalações Provisórias	Mobilização de equipamentos e pessoal, instalação de placa de identificação da obra (padrão Governo Federal), montagem de canteiro de obras (barracão/depósito), ligações provisórias de água e energia, e locação da obra conforme projetos arquitetônicos.
Administração Local da obra	Manutenção de equipe técnica residente (Engenheiro Civil e Mestre de Obras), equipe de apoio logístico e administrativo, além do gerenciamento pleno das etapas executivas, controle de cronograma e encargos sociais.
Demolições e Remoções	Demolição integral do piso de concreto existente em toda a área de intervenção (551m²), incluindo a remoção de entulho com transporte para bota-fora licenciado e limpeza das superfícies para as etapas subsequentes.
Infraestrutura e Pisos	Execução de sistema de fundações profundas (estaqueamento), incluindo dimensionamento, perfuração, armação e concretagem, conforme Projeto Executivo. Execução de piso estrutural em concreto armado ($f_{ck} \geq 20$ MPa; $h \geq 10$ cm), com armadura em tela soldada, incluindo lastro de concreto magro e acabamento adequado ao tráfego logístico.
Paredes, Divisórias e Revestimentos	Execução de alvenaria de vedação em blocos cerâmicos para fechamento de vãos externos e divisórias internas; aplicação de revestimentos argamassados (emboço/reboco) e assentamento de revestimento cerâmico em áreas molhadas e ambientes específicos, conforme paginação e indicações detalhadas nos projetos de arquitetura.
Cobertura	Execução de nova estrutura de cobertura com instalação de sistema de terçamento metálico fixado sobre as vigas de concreto de coroamento existentes; fornecimento e instalação de telhas termocústicas (tipo sanduíche), incluindo todos os serviços de vedação, rufos e arremates necessários para garantir o acabamento e estanqueidade do sistema.
Esquadrias	Fornecimento e instalação de novas portas, janelas e vidro.
Instalações Prediais	Instalações hidrossanitárias (água fria, esgoto e águas pluviais), Instalações elétricas (cabeamento, quadros, iluminação LED).
Prevenção e Combate a Incêndio	Instalação de extintores, sinalização de emergência e alarmes.
Pinturas	Execução de pintura em superfícies internas e externas, utilizando tinta acrílica lavável e tinta epóxi de alta resistência em ambientes específicos, visando o atendimento aos padrões sanitários de assepsia para unidades de saúde, incluindo todo o preparo prévio das superfícies com selador e emassamento.
Forro	Execução de forro em gesso acartonado (drywall) exclusivamente nas áreas administrativas e de apoio, conforme áreas delimitadas nos projetos executivos, incluindo a estrutura de sustentação, tratamento de juntas, cantoneiras e acabamento para posterior pintura.
Ar Condicionado	O sistema de climatização deverá ser dimensionado de modo a garantir o controle de temperatura, umidade e renovação de ar, conforme requisitos aplicáveis às Centrais de Abastecimento Farmacêutico, em especial as diretrizes da ANVISA e normas técnicas pertinentes.
Limpeza Final e Entrega	Testes e validação dos sistemas instalados. Ajustes finais. Limpeza técnica. Entrega da obra em condições de operação imediata.

2.2. Caberá à Contratada a elaboração do Projeto Executivo completo, nos termos e condições estabelecidos neste TR. As soluções técnicas propostas no Projeto Executivo deverão observar, no mínimo:

- I - atendimento às normas técnicas aplicáveis da ABNT;
- II - compatibilidade com os dados de sondagem e condições geotécnicas disponíveis;
- III - adequação às cargas operacionais previstas para uso logístico da edificação;
- IV - atendimento às exigências sanitárias e de controle ambiental aplicáveis à Central de Abastecimento Farmacêutico; e
- V - otimização técnico-econômica, vedadas soluções superdimensionadas ou incompatíveis com o porte da edificação.

2.3. O Projeto Executivo deverá ser submetido à Contratante para análise e validação técnica antes do início da execução das etapas construtivas correspondentes.

2.4. Para fins de clareza quanto às atribuições técnicas no desenvolvimento do Projeto Executivo e na execução da obra, estabelece-se a seguinte matriz de responsabilidades:

Etapas / Atividades	Contratante	Contratada
Disponibilização do Projeto Básico	✓	
Definição dos Parâmetros Técnicos	✓	
Elaboração dos Projetos Executivos		✓
Dimensionamentos Estruturais		✓

Dimensionamentos de Fundações		✓
Dimensionamento das Instalações Prediais e Climatização		✓
Compatibilização das Disciplinas		✓
Submissão do Projeto Executivo		✓
Validação Técnica	✓	
Execução da Obra		✓
Fiscalização	✓	

2.5. O desenvolvimento do Projeto Executivo deverá observar integralmente as diretrizes do Projeto Básico, do Caderno de Encargos, e demais Anexos deste TR, não podendo alterar a solução arquitetônica e funcional da obra (layout, capacidade operacional, fluxos sanitários, etc.) sem aprovação prévia da Contratante.

2.6. Registra-se que, em razão da natureza da contratação, a qual envolve a elaboração do Projeto Executivo pela Contratada, os quantitativos constantes das planilhas orçamentárias possuem caráter estimativo e referencial, tendo sido elaborados com base nas informações disponíveis no Projeto Básico. Tais quantitativos refletem a melhor aproximação técnica possível para fins de estimativa de custo, definição do valor de referência, e avaliação da vantajosidade da contratação, contemplando todos os serviços necessários à execução do objeto.

2.7. Após a elaboração do Projeto Executivo, a Contratada deverá apresentar a consolidação dos serviços e quantitativos efetivamente necessários à execução da obra, devidamente fundamentados tecnicamente, os quais serão submetidos à análise e validação da Contratante, constituindo etapa formal de verificação da aderência entre a solução executiva proposta e o orçamento apresentado.

2.8. Eventuais divergências deverão ser justificadas de forma técnica e circunstanciada, não sendo admitidas alterações que descaracterizem o objeto contratado, ou impliquem acréscimos indevidos, ressalvadas as hipóteses devidamente fundamentadas e aprovadas pela Contratante. A justificativa técnica deverá demonstrar, de forma objetiva e mensurável, as causas das divergências, incluindo memória de cálculo, premissas adotadas e comparação com os quantitativos de referência, sob pena de não aceitação.

2.9. A validação dos quantitativos durante a fase de revisão do Projeto Executivo elaborado pela Contratada observará os seguintes critérios:

- I - Compatibilidade com a solução técnica aprovada;
- II - Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial;
- III - Observância dos limites contratuais para acréscimo e supressões; e
- IV - Formalização por meio de instrumento próprio, quando aplicável.

2.10. Eventuais ajustes ou correções técnicas identificadas durante a fase de análise do Projeto Executivo deverão ser incorporadas pela contratada sem prejuízo da plena execução do objeto contratado.

2.11. A execução deverá observar rigorosamente o Projeto Executivo validado pela Contratante, bem como as especificações técnicas, memoriais descritivos e demais documentos que compõem esta contratação.

2.12. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, já acrescido o valor do BDI, conforme disposto neste Termo de Referência.

2.13. Os serviços deverão ser executados conforme as normas técnicas e legislação vigentes, e de acordo com os padrões de instalações definidas neste Termo de Referência.

2.14. Caberá aos participantes realizarem suas próprias avaliações técnicas e elaborarem suas propostas considerando a totalidade das soluções previstas no Projeto Básico, no Caderno de Encargos e nos demais documentos técnicos do edital.

2.15. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos tributários, comerciais, despesas extras e quaisquer outros que possam incidir direta ou indiretamente no fornecimento do serviço.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação é imperativa para viabilizar a infraestrutura física necessária ao armazenamento, controle e distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados ao DSEI Yanomami, garantindo o cumprimento integral das normas sanitárias vigentes, em especial a RDC nº 50/2002 e a RDC nº 441/2020 da ANVISA. Com vistas à adequação de sua infraestrutura física, conforme definido no Projeto Básico, planilhas orçamentárias de referência e demais documentos técnicos anexos.

3.2. A solução de engenharia adotada fundamenta-se no aproveitamento técnico da estrutura de concreto armado existente (pilares e vigas de coroamento), validada por ensaios de resistência que apontaram conformidade mecânica da superestrutura (44,61 MPa). A intervenção contempla a reconstrução integral do sistema de piso, com remoção das patologias existentes, nova impermeabilização de vigas baldrame e vigas de coroamento, bem como execução de piso de alta resistência e sistema suporte de transferência das cargas para o solo, em conformidade com as especificações do Projeto Básico, Caderno de Encargos e Orçamento de Referência, considerando o cenário detalhado no Laudo de Sondagem.

3.3. A reforma visa assegurar condições adequadas de armazenamento, conservação, controle e distribuição de medicamentos e insumos de saúde, em conformidade com as normas sanitárias vigentes e com as boas práticas da assistência farmacêutica.

3.4. A intervenção está alinhada ao Plano de Ação 2025 – Atenção à Saúde Indígena, no âmbito do Contrato de Gestão nº 02/2024 firmado entre o Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS – AgSUS, integrando o eixo de Ampliação da Infraestrutura Operacional.

3.5. A adequação da Central de Abastecimento Farmacêutico contribui para o suporte logístico às ações de saúde desenvolvidas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI e nas Casas de Apoio à Saúde Indígena – CASAI, considerando as demandas operacionais existentes no Estado de Roraima.

3.6. Diante do exposto, a contratação encontra-se tecnicamente justificada, em consonância com o planejamento institucional da Contratante, com os instrumentos de gestão pactuados com o Ministério da Saúde e com os documentos técnicos que fundamentam a execução da obra.

3.7. A complexidade da execução sobre estrutura existente, e a necessidade de verificação precisa das condições locais para garantir a exequibilidade da proposta, tornam recomendável a realização de Vistoria Técnica presencial por parte das proponentes.

3.8. A não contratação da presente solução implica riscos diretos à continuidade e à qualidade das ações de assistência farmacêutica na região, incluindo:

- I - inadequação das condições de armazenamento de medicamentos, com potencial comprometimento de sua estabilidade, eficácia e segurança sanitária;
- II - aumento do risco de perdas de insumos estratégicos, com impacto direto na logística de abastecimento;
- III - descontinuidade ou ineficiência na distribuição de medicamentos às unidades assistenciais;
- IV - descumprimento de normas sanitárias aplicáveis, com potenciais responsabilizações institucionais; e
- V - prejuízo ao atendimento das populações indígenas, com impactos negativos à política pública de saúde.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência enquadram-se como obra de engenharia, nos termos do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, aprovado pela Resolução CDA nº 23/2025, considerando a natureza, a complexidade e as características técnicas do objeto.

4.2. A contratação observará integralmente o Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, sendo adotada a modalidade Concorrência, com critério de julgamento pelo menor preço global.

4.3. A Contratada será responsável pela elaboração do Projeto Executivo e pela execução da obra, conforme diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os participantes deverão apresentar, para fins de participação no certame, Cronograma Físico-Financeiro contemplando todas as etapas necessárias à execução do objeto, inclusive a elaboração, submissão, análise e aprovação do Projeto Executivo, observando integralmente os parâmetros e diretrizes estabelecidos no Caderno de Encargos e demais documentos integrantes deste Termo de Referência. O cronograma proposto deverá considerar o prazo global de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, conforme a distribuição prevista neste instrumento.

5.2. Os participantes deverão considerar, na elaboração de suas propostas, a eventual realização de investigações técnicas complementares necessárias à adequada definição das soluções executivas, bem como a emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) relativas à elaboração dos projetos executivos e à execução da obra, a realização de ensaios de controle tecnológico e demais atividades usuais das boas práticas de engenharia necessárias à adequada execução do objeto, devendo tais custos estar contemplados no preço global das proponentes.

5.3. Após a emissão da Ordem de Início dos Serviços, a Contratada deverá elaborar o Projeto Executivo completo, observadas as diretrizes do Projeto Básico e as condições locais de execução.

5.4. As soluções técnicas adotadas no Projeto Executivo deverão considerar as condições reais do terreno e demais características do local de implantação da obra, sendo de responsabilidade da Contratada o adequado dimensionamento dos sistemas de instalações prediais, dos elementos estruturais e das fundações.

5.5. O prazo total de execução será de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, assim distribuídos: 30 (trinta) dias corridos para elaboração do Projeto Executivo; 15 (quinze) dias corridos para análise pela Contratante; 15 (quinze) dias corridos para atendimento aos comentários e ajustes pela CONTRATADA; e 180 (cento e oitenta) dias corridos para execução da obra, observada a sequência lógica e sucessiva das etapas, sendo que a conclusão e aprovação formal do Projeto Executivo pela Contratante constituirão condição indispensável para o início das etapas executivas subsequentes.

5.5.1. O prazo estabelecido para execução do objeto foi definido com base em critérios técnicos e tempo médio de produtividade para empreendimentos de porte equivalente, considerando a natureza dos serviços, a complexidade da intervenção e as condições logísticas locais, sendo considerado exequível dentro das boas práticas de planejamento e execução de obras.

5.5.2. A Contratada deverá adotar planejamento executivo adequado, manter o cronograma físico-financeiro permanentemente atualizado e assegurar a mobilização tempestiva de recursos humanos, materiais e equipamentos, bem como o adequado provisionamento de insumos, considerando as condições do mercado local e regional.

5.5.3. Considerando a relevância estratégica da presente contratação para o fortalecimento da infraestrutura de

saúde indígena e para o adequado funcionamento da logística de abastecimento farmacêutico no âmbito do Sistema Único de Saúde, eventuais riscos de atraso deverão ser prontamente comunicados à Contratante, de forma a viabilizar a adoção tempestiva de medidas mitigadoras e assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos.

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, conforme disposições do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), será de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento do objeto, sem prejuízo das responsabilidades civis aplicáveis por vícios ou defeitos da prestação.

5.6.1. A Contratada deverá garantir a qualidade, solidez, segurança, estabilidade, durabilidade, estanqueidade, funcionalidade e adequado desempenho dos serviços executados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir da data do Recebimento da obra, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no contrato, no Termo de Referência, no Caderno de Encargos, nas normas técnicas aplicáveis e na legislação vigente.

5.6.2. A garantia abrangerá todos os serviços, sistemas, componentes e elementos executados ou instalados pela Contratada, incluindo, mas não se limitando a: fundações, estruturas, pisos, alvenarias, revestimentos, impermeabilizações, cobertura, esquadrias, instalações elétricas, SPDA, instalações hidrossanitárias, drenagem, climatização, prevenção e combate a incêndio, sistemas complementares, acabamentos, equipamentos incorporados à obra, testes, comissionamento e demais elementos necessários ao pleno funcionamento do objeto contratado.

5.6.3. Durante o período de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer serviços, materiais, sistemas ou componentes em que forem constatados vícios, defeitos, falhas de execução, inadequações técnicas, mau funcionamento, perda de desempenho, infiltrações, fissuras, recalques, desprendimentos, falhas de estanqueidade, falhas de instalação, incompatibilidades entre sistemas ou desconformidades com o Projeto Executivo aprovado, as especificações técnicas, as normas aplicáveis ou as condições de recebimento da obra.

5.6.4. A garantia compreenderá tanto os vícios aparentes quanto os vícios ocultos identificados após o recebimento, desde que relacionados à execução contratual, aos materiais empregados, à instalação dos sistemas, à compatibilização técnica, ao Projeto Executivo elaborado pela Contratada ou à inobservância das boas práticas de engenharia.

5.6.5. A Contratada deverá manter canal formal de atendimento durante todo o período de garantia, com indicação de responsável técnico ou preposto habilitado para recebimento das comunicações da Contratante. As solicitações de garantia serão encaminhadas por meio de comunicação formal, via e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro canal definido pela Contratante.

5.6.6. Recebida a comunicação da Contratante, a Contratada deverá apresentar manifestação inicial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, informando as providências a serem adotadas. Nos casos que envolvam risco à segurança da edificação, à integridade dos usuários, à conservação de insumos, à continuidade operacional do local ou à segurança sanitária, a Contratada deverá adotar providências imediatas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da apresentação posterior de relatório técnico.

5.6.7. As correções deverão ser concluídas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da ciência da notificação, salvo quando a natureza ou complexidade da falha exigir prazo superior, hipótese em que a Contratada deverá apresentar justificativa técnica e cronograma de correção para aprovação da Fiscalização da Contratante.

5.6.8. Todos os reparos, substituições, ensaios, testes, recomissionamentos, deslocamentos, materiais, mão de obra, equipamentos, recomposição de acabamentos e demais custos necessários ao saneamento das falhas cobertas pela garantia correrão exclusivamente às expensas da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante.

5.6.9. A execução de reparos no período de garantia deverá observar os mesmos padrões técnicos, materiais, normas e níveis de desempenho exigidos para a execução original da obra. Os elementos, sistemas ou componentes substituídos ou refeitos permanecerão cobertos pela garantia pelo prazo remanescente da garantia original, sem prejuízo das garantias específicas de fabricantes, quando superiores.

5.6.10. A garantia da obra não afastará a obrigação da Contratada de entregar, no recebimento, toda a documentação técnica final exigida, incluindo projetos *as built*, ARTs/RRTs, manuais de operação e manutenção, certificados de garantia, laudos, testes, relatórios de comissionamento, fichas técnicas e demais documentos necessários à adequada operação e manutenção da edificação.

5.6.11. A Contratada não responderá por danos comprovadamente decorrentes de mau uso, ausência de manutenção preventiva pela unidade usuária, intervenções de terceiros sem autorização da Contratante, caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam devidamente demonstradas por meio de relatório técnico fundamentado e aceitas formalmente pela Fiscalização.

5.6.12. O descumprimento das obrigações de garantia, inclusive a ausência de atendimento, a recusa injustificada em reparar falhas, o atraso na execução das correções ou a reincidência de defeitos, sujeitará a Contratada às penalidades previstas no contrato e no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas para execução das garantias contratuais e ressarcimento de eventuais prejuízos causados à Contratante.

6. ESTIMATIVA DE VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor estimado da contratação da obra de reforma e adequação foi definido com base em planilhas orçamentárias elaboradas pela Contratante, considerando os quantitativos dos serviços previstos em projeto, os preços unitários de referência e a aplicação do respectivo Benefício e Despesas Indiretas – BDI.

6.2. O orçamento da obra de reforma e adaptação foi elaborado a partir de bases de dados oficiais de referência de custos da construção civil, notadamente SINAPI, SBC, SICRO e ORSE, observadas as bases regionais vigentes à época da elaboração, bem como as orientações técnicas aplicáveis, conforme detalhado nas planilhas orçamentárias anexas.

6.3. O valor global estimado para a contratação da obra de reforma e adequação é de **R\$ 1.375.096,40 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, noventa e seis reais e quarenta centavos)**, conforme orçamento

sintético consolidado.

6.4. O valor estimado para a contratação baseou-se em Orçamento de Referência, nesse sentido o custo estimado para realização da obra na Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF - Boa Vista/RR, apresenta os seguintes valores globais:

I - Custo total sem BDI: **R\$ 1.126.098,55 (um milhão, cento e vinte e seis mil, noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos);**

II - **BDI 22,12%** (vinte e dois inteiros e doze centésimos por cento) que corresponde a **R\$ 248.997,85 (duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos);**

III - Valor total da obra é (com BDI): **R\$ 1.375.096,40 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, noventa e seis reais e quarenta centavos).**

6.5. No valor estimado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do objeto, abrangendo, entre outras, materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e trabalhistas, tributos, impostos, seguros, administração local, mobilização, desmobilização e demais custos incidentes, não sendo devido qualquer pagamento adicional além do valor contratado, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

6.6. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Contratante, consignada no orçamento vigente, a ser indicada no instrumento contratual, em conformidade com as normas internas de execução orçamentária e financeira.

6.7. Os recursos necessários ao custeio dos serviços de que trata este Termo de Referência correrão à conta do Contrato de Gestão nº 02/2024.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de execução dos serviços será de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços, observadas as etapas e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. O prazo de execução poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, desde que devidamente justificado e formalmente aprovado pela Contratante.

7.3. Eventuais suspensões ou paralisações da execução, quando formalmente determinadas pela Contratante ou decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, interromperão a contagem do prazo de execução pelo período correspondente.

7.4. O prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência contratual, que contempla, além da execução dos serviços, as atividades de medição, recebimento, pagamento e encerramento administrativo do contrato.

8. MODALIDADE DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. A seleção do fornecedor será realizada na modalidade Concorrência, nos termos do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global, observado o atendimento integral às exigências técnicas e às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9. HABILITAÇÃO

9.1. A empresa interessada deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica compatíveis com a complexidade do objeto, nos termos do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.

9.2. Dos documentos de **habilitação jurídica**, em validade:

a) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

b) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

e) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; e

g) Cópia do RG e CPF do representante legal da entidade.

9.3. Dos documentos de **habilitação fiscal, social e trabalhista**:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,

conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; e

VI - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4. Dos documentos de **Qualificação Econômico-Financeira**

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

III - Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente OU do valor total estimado da contratação;

IV - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

V - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

VI - As empresas criadas no exercício financeiro da seleção/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.5. Dos documentos de **Qualificação Técnica:**

I - Declaração de que o fornecedor tem pleno conhecimento e concordância de todos os termos e condições estabelecidas no instrumento convocatório, e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme inciso III do Art. 38 do RCC da AgSUS;

II - Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e, quando aplicável, pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR) em plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente contratação;

§ 1º Deverá ser apresentado, adicionalmente, o comprovante de Visto ou Registro no CREA-RR e, quando aplicável, CAU-RR necessário à emissão e ao registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) no local de execução da obra, nos termos da legislação profissional vigente.

§ 2º A apresentação do Visto ou Registro mencionado no item anterior será exigida apenas da participante vencedora, constituindo condição prévia e obrigatória para a celebração do contrato.

§ 3º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.6. Dos documentos de **Qualificação Técnico-Profissional:**

9.6.1. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

I - Comprovação através de atestado(s) ou declaração(ões) de CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa, emitida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico) onde constem realizações de obras e/ou serviços comuns de engenharia devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, compatível em características com o objeto da contratação:

- a) Elaboração de Projeto Executivo e execução de fundações profundas por estacas escavadas.
- b) Execução de obras de reforma predial compatíveis com o objeto.
- c) Elaboração de Projeto Executivo e execução de pisos de alta resistência ou industriais.
- d) Elaboração de Projeto Executivo e execução/manutenção de estruturas de cobertura metálicas.
- e) Elaboração de Projeto Executivo e execução de sistema de climatização compatível com ambientes de controle térmico e operacional semelhante, com controle de temperatura e/ou umidade.
- f) Elaboração de Projeto Executivo e execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão.
- g) Elaboração e/ou compatibilização de Projeto Executivo de Arquitetura para reforma/adequação de edificação.

II - Designação do(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços, registrado(s) nos sistemas CONFEA/CREA e CAU-BR/CAU estadual, conforme o caso, com experiência comprovada mediante CAT em atividades relacionadas ao objeto deste a ser contratado, pertencente(s) ao quadro permanente da empresa. Entende-se, para fins desta contratação, como pertencente ao quadro permanente:

- a) empregado: cópia da carteira de trabalho e previdência social;
- b) sócio: contrato social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- c) diretor: cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF;
- d) prestador de serviços: contrato de serviços, conforme a legislação civil comum;
- e) profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.

9.7. Dos documentos de **Qualificação Técnico-Operacional**:

9.7.1. Os profissionais indicados pela CONTRATADA, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço, objeto da presente seleção de fornecedores, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE;

I - Atestado(s) de CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a empresa proponente prestou serviços ou está apta para o desempenho de realizações de obras e/ou serviços comuns de engenharia (demolição, conserto, montagem, instalação, reparação e/ou pequenas adaptações) com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos indispensáveis a execução dos mesmos, ou serviço similar, compatível em características em quantidades iguais ou superiores às do objeto da presente seleção de fornecedores, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente:

- a) Execução de Fundações Profundas por estacas escavadas [hélice, raiz, trado, etc] (mín. 52 m executados);
- b) Execução de Alvenaria de Vedação e revestimentos argamassados (mín. 99,0 m² executados);
- c) Execução de Pisos de Alta Resistência ou industriais (mín. 60,9 m² executados);
- d) Execução/Manutenção de Estruturas de Cobertura (mín. 124,5 m² executados);
- e) Instalação de Sistema de Climatização comercial/industrial (mín. 31.200 BTU instalados);
- f) Instalações Elétricas prediais de baixa tensão (mín. 126,32 m² executados);
- g) Serviços de Impermeabilização (mín. 123,94 m² executados); e
- h) Execução de cobertura com telha sanduiche (mín. 60 m² executados).

9.8. Para fins da comprovação de que trata o item 9, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados e com as seguintes características mínimas: o nome empresarial, o CNPJ e o telefone da empresa ou do Órgão público que o emitiu, bem como o nome e qualificação do signatário, com assinatura, o prazo de vigência da execução dos serviços, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente.

9.9. Os atestados apresentados servirão estritamente para fins de comprovação da qualificação técnica exigida, possuindo caráter eliminatório.

9.10. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.11. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.12. Vale salientar que os requisitos listados, não ferem o princípio da isonomia, uma vez que várias empresas que prestam serviços de engenharia atendem aos mesmos. Esses requisitos são fundamentais para garantir que apenas empresas tecnicamente habilitadas possam participar deste processo. Dessa forma, assegurando a qualidade técnica dos serviços contratados.

9.13. Da Subcontratação e Atestados de Capacidade Técnica:

9.13.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto para execução de parcelas específicas e tecnicamente especializadas conforme detalhado no item 24 deste Termo de Referência, desde que previamente autorizada pela Contratante e sem transferência integral das obrigações contratuais, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução do objeto.

9.13.2. Para fins de comprovação da Qualificação Técnico-Operacional, poderá ser admitida, exclusivamente em relação às parcelas técnicas especializadas passíveis de subcontratação previamente previstas no item 24 deste Termo de Referência, a apresentação de atestados emitidos em nome da empresa subcontratada indicada, desde que:

- a) haja vínculo formal entre a empresa interessada e a empresa indicada (conforme o disposto no item 9.14.1 deste TR);
- b) a empresa a ser subcontratada execute efetivamente as respectivas parcelas durante a execução contratual (conforme o disposto no item 9.14.2 deste TR);
- c) permaneça sob responsabilidade da empresa interessada principal a coordenação, integração e responsabilidade global pela execução do objeto; e
- d) a empresa interessada principal comprove experiência técnico-operacional compatível com o objeto global da contratação.

9.14. A aceitação dos referidos atestados restringe-se às parcelas elencadas no item anterior, permanecendo a participante principal responsável pela comprovação dos demais requisitos de qualificação técnico-operacional exigidos neste Termo de Referência. A admissão de atestados vinculados à subcontratada não afasta nem reduz a responsabilidade integral da contratada principal perante a Contratante pela execução, coordenação, compatibilização técnica, desempenho e entrega final do objeto.

9.14.1. Na hipótese do item anterior, a participante deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, carta de anuência/compromisso firmada entre ela e a empresa subcontratada indicada, sob pena de desclassificação.

9.14.2. A empresa subcontratada indicada para fins de habilitação técnica deverá, obrigatoriamente, executar os respectivos serviços na execução contratual, salvo substituição excepcional previamente autorizada pela Fiscalização da Contratante por empresa de capacidade técnica equivalente ou superior.

9.15. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio. Considerando as características do objeto, o porte da contratação, o mercado fornecedor local identificado durante os levantamentos preliminares e a necessidade de preservação da competitividade do certame, concluiu-se que a admissão de consórcios poderia concentrar a capacidade operacional disponível em número reduzido de grupos econômicos, reduzindo a concorrência efetiva entre potenciais participantes. Ademais, o objeto apresenta escopo tecnicamente integrado e compatível com a capacidade operacional normalmente disponível no mercado, não demandando a conjugação excepcional de capacidades econômico-financeiras ou técnico-operacionais que justifique a formação de consórcios.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar integralmente o objeto contratual, de acordo com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis e demais documentos integrantes do processo.

10.2. Providenciar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, mão de obra, logística, transporte, armazenamento e demais recursos necessários à perfeita execução da obra.

10.3. Manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, respondendo técnica e civilmente pela execução da obra.

10.4. Registrar a obra no conselho profissional competente, apresentando a respectiva ART ou RRT antes do início da execução.

10.4.1. A Contratada será responsável pela produção e fixação da Placa de Obra.

10.5. Elaborar o Projeto Executivo completo, compatível com as condições locais, incluindo detalhamentos estruturais, arquitetônicos, complementares e especificações técnicas necessárias à execução integral da obra.

10.6. Responsabilizar-se tecnicamente pela compatibilização entre disciplinas.

10.7. Submeter o Projeto Executivo à Contratante para validação técnica, dentro do prazo estipulado no cronograma para o desenvolvimento desta fase, previamente ao início da execução física da obra.

10.8. Incorporar, sem ônus adicional, os ajustes técnicos solicitados pela Contratante, desde que não alterem o objeto desta Contratação.

10.9. Cumprir rigorosamente as normas de segurança e saúde no trabalho (especialmente NR 18 e NR 06), incluindo o fornecimento, fiscalização e uso de EPIs e EPCs, bem como a elaboração e implementação do PGR, PCMSO, APR, PET e demais programas e procedimentos exigidos, quando aplicáveis.

10.10. Manter todos os empregados devidamente uniformizados, identificados por crachá e capacitados para as atividades desempenhadas.

10.11. Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais e securitárias decorrentes da execução do contrato.

10.12. Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, defeitos ou serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou orientações da fiscalização.

10.13. Responder por danos causados à Contratante, à SESAI, ao DSEI Yanomami, a terceiros, ao Patrimônio Público ou Privado, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

10.14. Comunicar imediatamente à Fiscalização qualquer ocorrência relevante que possa comprometer o andamento da obra.

10.15. Manter Diário de Obras atualizado e disponibilizá-lo à Fiscalização sempre que solicitado.

10.16. A Contratada deverá apresentar previamente à Contratante a qualificação técnica das empresas subcontratadas, bem como a delimitação clara das atividades a serem executadas, permanecendo integralmente responsável pela coordenação técnica e pela qualidade dos serviços.

10.17. A Contratante realizará Fiscalização direta sobre os serviços executados por subcontratados, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.

10.18. A Contratada, assim como subcontratadas, deverão manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada.

10.19. Permitir e facilitar o acesso da Contratante e a seus prepostos ao local da obra, removendo periodicamente entulhos, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados e acatando as determinações técnicas formalmente emitidas.

10.20. Manter o canteiro de obras organizado, limpo e em condições adequadas de segurança, dando a destinação ambiental correta e providenciando a limpeza final da obra ao término dos serviços, conforme previsto no cronograma.

10.21. Garantir que todos os materiais e sistemas empregados atendam às normas técnicas aplicáveis, bem como às exigências sanitárias e de desempenho específicas para unidades de armazenamento farmacêutico.

10.22. A CONTRATADA deverá garantir a elaboração, manutenção, guarda e arquivamento de toda a documentação técnica relacionada à execução da obra, incluindo, no mínimo: diário de obra, relatórios técnicos, registros fotográficos, boletins de medição, Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), laudos e ensaios técnicos eventualmente exigidos, bem como demais documentos previstos no contrato e neste Termo de Referência.

10.23. A documentação mencionada no item anterior deverá ser disponibilizada à Contratante sempre que solicitada, para fins de fiscalização, acompanhamento da execução, auditoria, prestação de contas e instrução dos processos administrativos relacionados ao contrato.

10.24. A ausência, inconsistência ou inadequação da documentação técnica ensejará a suspensão do "atesto" da medição correspondente, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Designar gestor e fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução da obra.

11.2. Fornecer à Contratada os projetos, informações técnicas e demais documentos de referência necessários à execução do objeto.

11.3. Emitir a Ordem de Início dos Serviços após a formalização do contrato.

11.4. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, podendo rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos, conforme medições aprovadas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.6. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato.

11.7. Aplicar as penalidades previstas, quando cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.8. Exigir da CONTRATADA o cumprimento das normas de segurança do trabalho, de saúde ocupacional, ambientais e das demais obrigações contratuais assumidas.

11.9. Analisar, validar e atestar as medições mensais dos serviços executados, apresentadas pela CONTRATADA, de acordo com o cronograma físico-financeiro, procedendo ao "atesto" das Notas Fiscais/Faturas quando comprovada a execução regular dos serviços.

12. VALIDAÇÃO TÉCNICA

12.1. O início da execução física da obra ficará condicionado à aprovação formal do Projeto Executivo pela Contratante, estando a Contratada sujeita às penalidades especificadas no presente documento no caso do descumprimento dos prazos estipulados no cronograma para referida fase.

12.2. A análise técnica pela Contratante não exime a contratada da responsabilidade técnica integral pela adequação, segurança, exequibilidade e desempenho das soluções adotadas. Tanto a análise, como a validação técnica do Projeto Executivo pela Contratante, possuem caráter exclusivamente verificatório e não implicam, em qualquer hipótese, transferência ou compartilhamento de responsabilidade técnica pelas soluções adotadas, a qual permanece integralmente com a Contratada e seus responsáveis técnicos.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Contratante, formalmente designados para esse fim, aos quais competirá o acompanhamento, o controle e a verificação da conformidade da execução do objeto com o contrato, com este Termo de Referência e seus anexos.

13.2. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, vícios, defeitos, falhas técnicas ou inadequações constatadas, não implicando, em nenhuma hipótese, corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores ou fiscais.

13.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, contínua, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por colaborador(es) designado(s), individualmente ou em

equipe, conforme a complexidade do objeto contratado.

13.4. Durante a execução do objeto, o fiscal acompanhará permanentemente os serviços executados, verificando a sua conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, devendo intervir sempre que identificar faltas, falhas, atrasos ou irregularidades, exigindo da Contratada as correções necessárias.

13.5. A fiscalização deverá elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da execução contratual, registrando o andamento físico dos serviços, as medições realizadas, as não conformidades eventualmente constatadas, as providências adotadas e demais informações relevantes para o adequado controle do contrato.

13.6. O fiscal deverá apresentar à Contratada, por intermédio de seu preposto, as avaliações relativas à execução dos serviços, inclusive quanto à conformidade técnica, ao cumprimento dos prazos e à qualidade dos serviços executados, sempre que necessário ou quando formalmente solicitado.

13.7. Em nenhuma hipótese será admitido que a própria Contratada realize, valide ou homologue avaliações relativas à execução, à conformidade técnica ou à qualidade dos serviços objeto do contrato.

13.8. Na hipótese de constatação de descumprimento contratual, execução em desconformidade com os projetos e especificações, atraso injustificado ou reincidência de falhas, a fiscalização deverá registrar a ocorrência e adotar as providências cabíveis, inclusive propondo a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato, observados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. A fiscalização poderá realizar acompanhamentos, vistorias e avaliações com periodicidade diária, semanal ou mensal, conforme a natureza e a etapa dos serviços em execução, desde que o período adotado seja suficiente para aferir a regularidade, a conformidade técnica e o andamento da execução contratual.

14. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. As medições serão realizadas com periodicidade mensal, com base no avanço físico das etapas executivas previstas no cronograma físico-financeiro aprovado, considerando o percentual efetivamente executado de cada etapa.

14.2. Para fins de transparência e previsibilidade, a Tabela de Marcos Físicos e Metas de Medição Mensal, estabelece, para cada período de medição:

- a) o percentual estimado de execução acumulado;
- b) o valor estimado acumulado da medição; e
- c) os marcos físicos (etapas ou conjuntos de serviços) que deverão estar integralmente concluídos para validação do faturamento correspondente.
- d) o pagamento do item 'Administração Local' não será realizado por meio de valores mensais fixos. A medição e o pagamento da Administração Local serão efetuados de forma proporcional à execução financeira global da obra no respectivo período de apuração. Em caso de atrasos no cronograma por culpa da Contratada, os desembolsos a título de Administração Local serão limitados ao valor total previsto no orçamento aprovado do contrato, vedados pagamentos adicionais decorrentes da dilação do prazo de execução.

MÊS	% ESTIMADO DO CONTRATO	VALOR ESTIMADO	MARCOS FÍSICOS ASSOCIADOS
1	1,44	R\$ 19.784,55	Serviços Preliminares e Mobilização
2	6,31	R\$ 86.712,39	Projeto Executivo
3	4,36	R\$ 59.982,85	Estabelecimento da Administração Local da Obra, Demolições e Remoções
4	9,76	R\$ 134.172,88	Movimentos de Terra e Fundações
5	31,27	R\$ 429.995,72	Piso da Área de Armazenamento e Controle, Instalações Hidrossanitárias, Alvenarias e Marmoraria
6	28,49	R\$ 391.748,27	Cobertura, Revestimento de Paredes e Pisos
7	11,11	R\$ 152.737,88	Instalações Elétricas, SPDA, Forros, Esquadrias e Serralheria
8	7,27	R\$ 99.961,80	Obras Externas e Complementares, Climatização, PCI, Limpeza Final e

			Entrega Provisória
TOTAL	100,0 %	1.375.096,40	CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

14.3. Os valores e percentuais apresentados na tabela foram baseados na planilha orçamentária de referência, servindo de referência. Tais valores deverão ser integralmente substituídos pelos constantes do orçamento aprovado e da proposta vencedora, devendo a tabela definitiva ser ajustada conforme o Cronograma Físico-financeiro aprovado.

14.4. A medição será precedida de visita técnica presencial da Fiscalização ao canteiro de obras, em data agendada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis entre a Fiscalização e o preposto da Contratada, para verificação *in loco* dos serviços executados, conferência de quantitativos, análise da conformidade técnica e coleta de subsídios para o atesto.

I - O pagamento da Administração Local será rigorosamente proporcional à execução financeira global da obra em cada medição;

II - Fica expressamente vedado o desembolso indevido ou acréscimo de valores da Administração Local em caso de atrasos causados pela Contratada.

14.5. Para fins de instrução processual e validação de cada período de faturamento, a Contratada deverá disponibilizar à Fiscalização, previamente à visita de medição, a seguinte documentação técnica comprobatória da execução:

a) Relatório Diário de Obra (RDO): cópia dos registros preenchidos no período de apuração, contendo as atividades diárias, efetivo de mão de obra, equipamentos utilizados e condições climáticas;

b) Relatório Fotográfico Evolutivo: documento ilustrativo e datado que comprove a execução e o avanço físico dos marcos e serviços demandados para a respectiva medição;

c) Relatórios Operacionais e de Controle Tecnológico: documentos de ensaios laboratoriais e técnicos (como laudos de compressão do concreto do piso e relatórios operacionais), quando aplicáveis. Especificamente com relação ao serviço de estaqueamento, a Contratada deverá apresentar os relatórios operacionais dos equipamentos utilizados (perfuratriz), conforme padrão especificado no Caderno de Encargo;

d) Regularidade Trabalhista e Previdenciária do Período: GFIP/SEFIP, Guia de recolhimento do FGTS (GRF) com o respectivo comprovante de pagamento, e folha de pagamento nominal dos trabalhadores alocados na obra no mês de referência;

e) Notas Fiscais de Insumos e Serviços Adquiridos: documentação fiscal aplicável aos materiais incorporados e serviços integrados à obra no respectivo período da medição.

14.6. Referente aos subitens supracitados: as alíneas (a), (b), (c) e (d) deverão ser fornecidas digitalmente, via e-mail, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis à data acordada para medição; e a alínea (e) poderá ser disponibilizada fisicamente ou digitalmente, para inspeção durante a visita técnica agendada.

14.7. Durante a visita de medição, a Fiscalização atestará pessoalmente os quantitativos executados e a conformidade técnica dos serviços, registrando no diário de obras e em relatório próprio o percentual de avanço físico aprovado para fins de faturamento, confrontando-o com os marcos físicos previstos na Tabela de Marcos Físicos e Metas de Medição Mensal.

14.8. Constatada a execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas, com vícios, defeitos ou em desconformidade com o Projeto Executivo aprovado, a Fiscalização não atestará os quantitativos correspondentes, os quais somente poderão ser considerados em medição futura, após a devida correção.

14.9. A Contratante terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação de medição completa e da realização da visita técnica presencial, para proceder à análise técnica final e, se for o caso, solicitar ajustes, correções ou esclarecimentos adicionais.

14.10. A Contratada deverá promover os ajustes eventualmente solicitados pela Fiscalização no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência da solicitação, reapresentando documentação comprobatória associada devidamente corrigida.

14.11. Não será admitida a medição de etapa cujo marco físico não tenha sido integralmente concluído no período de apuração, conforme definido na Tabela de Marcos Físicos e Metas de Medição Mensal. Caso o marco físico não seja atingido até a data da visita de medição, o pagamento correspondente será elegível apenas na medição subsequente, após a comprovação da conclusão do marco e das correções das pendências eventualmente existentes.

14.12. O pagamento dos serviços medidos e atestados será realizado conforme os prazos e procedimentos estabelecidos no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS e nas cláusulas contratuais específicas.

14.13. Após a validação e o "atesto" formal da medição pela Fiscalização, a Contratada ficará autorizada a emitir a Nota Fiscal correspondente, observando os dados de faturamento indicados pela Contratante, sendo o pagamento efetuado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da emissão do "atesto" pelo Fiscal do Contrato.

15. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ser precedida da anuência da fiscalização do contrato, com base na verificação do avanço físico das etapas executivas previstas no cronograma físico-financeiro, na conformidade técnica dos serviços executados, bem como na verificação da sua conformidade com o contrato, o Termo de Referência e seus anexos, nos termos do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.

15.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa dos serviços executados, por meio da fiscalização designada, podendo contar com profissionais técnicos habilitados, acompanhados, quando necessário, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços por parte da Contratada.

15.3. Para efeito de recebimento, considera-se provisória cada etapa, ao final de cada período de medição ou

faturamento, quando a fiscalização do contrato procederá à apuração dos serviços executados, avaliando sua conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos contratuais, registrando os resultados em relatório próprio, que servirá de base para o "atesto" e eventual glosa ou ajuste dos valores a serem pagos.

15.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual, cabendo à fiscalização não atestar a medição correspondente enquanto não forem sanadas todas as pendências identificadas.

15.5. O Recebimento Provisório ficará condicionado, quando aplicável, à conclusão satisfatória de testes, verificações técnicas e demais procedimentos necessários à comprovação da adequada execução do objeto, bem como à entrega da documentação técnica exigida no contrato e neste Termo de Referência.

15.5.1. O prazo para o Recebimento Provisório, contado da data de comunicação formal da conclusão da obra pela CONTRATADA, será de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período mediante justificativa técnica da fiscalização, para realização de vistorias, testes e verificações finais.

15.5.2. O Recebimento Definitivo somente ocorrerá após a entrega completa da documentação técnica final (ART/RRT de conclusão, as-built, manuais de operação e manutenção, certificados de garantia, e demais documentos previstos no Caderno de Encargos).

15.6. Recebida a documentação apresentada pela Contratada, a Fiscalização deverá elaborar "atesto" contendo Relatório Circunstanciado, no âmbito de suas atribuições, e encaminhá-lo às unidades competentes da Contratante, para conferência de conformidade contábil, orçamentária e realização de pagamento.

15.7. O Relatório Circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca da execução contratual, incluindo eventuais ocorrências, não conformidades, providências adotadas e manifestação quanto à regularidade dos serviços executados, podendo ser instruído com documentos, registros fotográficos e demais elementos que a fiscalização julgar pertinentes.

15.8. Considerar-se-á ocorrido o Recebimento Provisório do objeto com a emissão do Relatório Circunstanciado pela Fiscalização ou, havendo mais de um relatório aplicável ao período, com a emissão do último deles.

15.9. O Recebimento Definitivo do objeto ocorrerá no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão das pendências do recebimento provisório e da comprovação do atendimento integral às obrigações contratuais, mediante manifestação formal da unidade competente da Contratante.

15.10. O Recebimento Definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela solidez, segurança, qualidade e conformidade técnica dos serviços executados, nem afasta a aplicação das penalidades previstas no contrato, na legislação aplicável e no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.

16. **ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS**

16.1. A CONTRATADA compromete-se a utilizar todas as informações, dados técnicos, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos fornecidos pela CONTRATANTE exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedado o uso para quaisquer fins diversos daqueles estritamente necessários ao fiel cumprimento do contrato.

16.2. Para fins de acompanhamento do desempenho contratual, verificação do cumprimento dos prazos, aplicação de penalidades e eventuais ajustes financeiros, o Acordo de Nível de Serviço - ANS estará diretamente vinculado ao cumprimento das etapas e prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado, que integra o contrato como documento técnico obrigatório.

16.3. **Indicador de Atraso na Execução dos Serviços**

PARÂMETROS GERAIS DO INDICADOR	
Tópico	Descrição
Finalidade	Monitorar o cumprimento dos prazos contratuais de execução das etapas da obra
Meta a cumprir	Conclusão integral de cada etapa da obra dentro do prazo previsto no cronograma físico-financeiro
Instrumento de medição	Cronograma físico-financeiro aprovado, medições mensais, relatórios técnicos e diário de obra
Unidade de medida	Dias corridos
Início de vigência	A partir da data de início da execução contratual (data da assinatura da ordem de serviço)

16.4. **Etapas e Prazos de Execução** (conforme Cronograma Físico-Financeiro de Referência, sujeito a revisão após emissão do Cronograma de execução aprovado)

ETAPA / SERVIÇO	PERCENTUAL NO CONTRATO	PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO
Serviços Preliminares e Mobilização	3,60%	Meses 1 e 3
Projeto Executivo	5,99%	Meses 1 e 2
Administração Local da Obra	7,91%	Meses 2 ao 8
Demolições e Remoções	0,94%	Mês 3
Movimentos de Terra e Fundações	8,49%	Mês 4
Piso da Área de Armazenagem	18,00%	Mês 5
Instalações Hidrossanitárias	1,83%	Mês 5
Alvenarias, Divisórias e Marmoraria	10,18%	Mês 5

Cobertura e Telhamento	20,67%	Mês 6
Revestimento de Paredes	5,02%	Mês 6
Revestimento de Pisos	1,54%	Mês 6
Instalações Elétricas	5,26%	Mês 7
SPDA	0,88%	Mês 7
Forros e Acabamentos de Teto	1,28%	Mês 7
Esquadrias e Serralheria	2,43%	Mês 7
Obras Externas e Complementares	1,19%	Mês 8
Climatização	2,92%	Mês 8
Prevenção e Combate a Incêndio	0,57%	Mês 8
Sistemas Complementares	0,81%	Mês 8
Limpeza Final e Entrega Provisória	0,51%	Mês 8
Obs.: Eventuais atualizações no Cronograma Físico-Financeiro da obra (Anexo VI) prevalecerão para fins de medição e faturamento.		

16.5. **Mecanismo de Cálculo (Métrica)**

ELEMENTO	DESCRIÇÃO
Base de cálculo	Datas previstas e datas efetivas de conclusão de cada etapa
Critério de conclusão	Considera-se concluída a etapa somente quando atingir 100% de execução física
Cálculo do atraso	Atraso (dias) = Data efetiva de conclusão – Data prevista no cronograma
Caracterização do atraso	Configura-se atraso quando a etapa não atingir o percentual físico previsto ao final do período correspondente
Apuração	Realizada ao final de cada período mensal de medição

16.6. **Forma de Medição**

ASPECTO	PROCEDIMENTO
Periodicidade	Mensal
Método de verificação	Confronto entre percentual físico executado e percentual previsto no cronograma
Fontes de comprovação	Medição <i>in loco</i> , relatórios fotográficos, diário de obra e relatórios, laudos e registros técnicos
Validação	"Atesto" formal da Fiscalização
Registro	Relatório de medição mensal devidamente aprovado
Tratamento do atraso	Caso o percentual executado seja inferior ao previsto para a etapa no mês de referência, será registrado atraso

16.7. Eventuais atrasos na execução das etapas deverão ser formalmente justificados pela Contratada, mediante apresentação de justificativa técnica devidamente fundamentada e comprovada, cabendo à fiscalização contratual proceder à análise da justificativa, acatando-a ou rejeitando-a, antes da aplicação de quaisquer penalidades.

16.8. A aplicação de penalidades ou ajustes financeiros decorrentes do descumprimento do Acordo de Nível de Serviço somente ocorrerá nos casos em que a justificativa apresentada pela Contratada não for aceita pela fiscalização contratual.

16.9. Não serão considerados para fins de penalização os atrasos decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, alheios à responsabilidade da Contratada, desde que formalmente reconhecidos pela Agência e registrados nos autos do processo.

16.10. O pagamento referente à elaboração do Projeto Executivo será realizado após a entrega do conjunto completo de documentos técnicos e sua aprovação pela fiscalização da Contratante.

16.11. A Administração Local, por se tratar de atividade contínua, será avaliada proporcionalmente ao percentual previsto para cada mês no cronograma físico-financeiro, sendo caracterizado atraso quando o percentual executado mensalmente for inferior ao previsto.

16.12. A Limpeza Final somente será considerada concluída após a execução integral de todas as demais etapas da obra e a liberação final pela fiscalização contratual.

17. PROPOSTA

17.1. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes documentos técnicos:

- Orçamento Sintético;
- Orçamento Analítico, com composição de custos unitários dos serviços;
- Composição do BDI;
- Cronograma Físico-Financeiro, compatível com o prazo de execução de 240 (duzentos e quarenta) dias.
- Proposta técnica detalhando plano de trabalho conforme parâmetros balizadores constantes no Caderno de Encargos;
- A proposta técnica deverá conter indicação de até 3 (três) opções de marcas, indicando obrigatoriamente modelos, referência do fabricante e ficha técnica que comprovem o atendimento aos requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos na NBR 15.575 (Norma de Desempenho) para os seguintes itens: Condicionadores de ar, louças e metais sanitários, porta pronta, revestimento cerâmico, telhas trapezoidais e tintas laváveis.

17.2. No ato da proposta, o participante deverá obrigatoriamente identificar marcas, modelos, referências do fabricante e descrição técnica detalhada para os seguintes itens, sob pena de desclassificação por desconformidade técnica:

- a) Kit Porta Pronta: Padrão melamínico de alta resistência;
- b) Louças e Metais Sanitários: Conforme padrões de assepsia hospitalar;
- c) Condicionadores de Ar: Unidades tipo Split (Inverter e On/Off) com as potências especificadas no projeto de climatização.

17.3. Os documentos mencionados deverão ser apresentados em meio físico e/ou digital, conforme definido no instrumento convocatório, com timbre do proponente.

17.4. Todos os itens da planilha orçamentária deverão contemplar fornecimento e execução integral por parte da proponente, não sendo admitida a exclusão de quaisquer insumos necessários à perfeita execução da obra.

17.5. A proposta deverá conter Planilha Orçamentária conforme modelo fornecido pela Contratante, com identificação da razão social da proponente, preços unitários e total expressos em algarismos, com duas casas decimais, observando-se rigorosamente os quantitativos e unidades previstas.

17.6. O custo unitário dos serviços deverá ser apresentado mediante composição de custos analítica, com detalhamento de insumos, mão de obra, equipamentos e encargos, para fins de análise técnica da proposta.

17.7. As composições de custos e planilhas apresentadas pelos participantes terão caráter informativo e de análise da formação do preço, não alterando a natureza da contratação sob regime de preço global.

17.8. Os participantes deverão incluir em suas planilhas orçamentárias a totalidade de insumos e serviços para atender integralmente o objeto desta contratação nos da documentação técnica de referência, em especial o presente Termos de Referência e o Caderno de Encargos, devendo haver, obrigatoriamente, item específico destinado à elaboração do Projeto Executivo completo.

17.9. A elaboração da proposta comercial é de inteira responsabilidade do participante, que deverá considerar todos os serviços, insumos, materiais, equipamentos e demais elementos necessários à plena execução do objeto, ainda que não explicitados de forma exaustiva nas planilhas orçamentárias referenciais.

18. BDI E DOS ENCARGOS SOCIAIS

18.1. O orçamento de referência da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF foi elaborado considerando os encargos sociais desonerados, conforme bases oficiais adotadas, estando os encargos de mão de obra embutidos nos preços unitários, em conformidade com os sistemas de referência utilizados.

18.2. O cálculo do Benefício e Despesas Indiretas - BDI deverá observar a metodologia e a equação definidas no relatório técnico que fundamentou o Acórdão nº 2.622/2013 - TCU (Plenário).

18.3. O BDI de referência adotado para esta obra é de 22,12% (vinte e dois inteiros e doze centésimos por cento) conforme Anexo XV - Composição BDI.

18.4. Os tributos considerados na composição do BDI incluem ISS, PIS, COFINS e CPRB, conforme aplicável à legislação vigente e à condição tributária da proponente.

18.5. O proponente poderá apresentar BDI próprio, desde que todas as parcelas estejam dentro da faixa de admissibilidade estabelecida pelo Acórdão nº 2.622/2013 - TCU ou devidamente justificadas tecnicamente.

18.6. A composição dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra deverá seguir os parâmetros estabelecidos nas bases oficiais de referência adotadas na planilha orçamentária da obra.

19. VIGÊNCIA

19.1. A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Tal prazo é considerado compatível com o cronograma físico-financeiro do objeto, o qual prevê a execução integral dos serviços no período de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços.

19.2. Eventual prorrogação da vigência poderá ser realizada por períodos iguais e sucessivos, mediante termo aditivo, conforme estipulado nos artigos 66 e 67 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, observados os seguintes critérios:

- a) apresentação de relatório da fiscalização que comprove a execução regular dos serviços até então realizados;
- b) justificativa formal da Contratante quanto à necessidade e à oportunidade da prorrogação;
- c) comprovação de que as condições contratuais permanecem economicamente vantajosas para a Contratante;
- d) manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação;
- e) manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação originalmente exigidas.

20. REAJUSTE

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do Orçamento de Referência, nos termos do disposto no art. 61, inciso I do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS (Resolução CDA nº 23/2025).

20.2. Para fins de reajustamento, adotar-se-á o Índice Nacional da Construção Civil (INCC) apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou, na sua ausência, o índice que vier a substituí-lo, aplicado de forma *pro rata temporis* em relação ao período de 12 (doze) meses do último reajuste.

20.3. Os reajustes serão precedidos de solicitação expressa pela Contratada, acompanhada de demonstração

analítica/memória de cálculo, que comprove a variação dos custos.

20.4. Quando da solicitação, para fazer jus deste reajuste, somente poderá ser concedido mediante autorização por parte da Contratante, formalizado por meio de termo aditivo ou apostilamento.

20.5. Os reajustes a que a Contratada não solicitar durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

21. PENALIDADES

21.1. A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada na prestação do serviço, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, pode repercutir, conforme Art. 73 do Regulamento de Compras e Contratações, na aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa correspondente até 20% sobre o valor da parcela em caso de inexecução parcial, atraso, inadimplemento ou infração contratual;

III - multa correspondente até 20% sobre o valor global do contrato, quando ficar caracterizada a recusa no cumprimento das obrigações;

IV - suspensão de participação em seleção de fornecedores e impedimento de contratar com a Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - solicitação aos órgãos governamentais competentes da caracterização de inidoneidade; e

VI - perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades estabelecidas no instrumento convocatório.

21.2. As penalidades serão aplicadas conforme a gravidade da infração, considerando atraso, impacto na execução, reincidência e prejuízo à Agência, conforme matriz de dosimetria relacionada neste item.

21.3. A aplicação das penalidades observará os seguintes critérios cumulativos ou alternativos, conforme a gravidade da infração:

Critério	Peso / Repercussão
Atraso na entrega (laudos, relatórios, cronogramas, etapas da obra)	0,5% ao dia útil, limitado a 20% da parcela mensal
Impacto na execução do objeto (parcial, significativo ou total)	Eleva a infração para média, grave ou gravíssima
Reincidência em até 90 dias	Multiplica a penalidade por 1,5 (reincidência simples) ou 2,0 (reincidência múltipla)
Prejuízo ao erário (retrabalho, risco à saúde pública, descumprimento de acordo judicial)	Pode ensejar ressarcimento adicional, sem prejuízo da multa
Descumprimento de obrigações de sustentabilidade (destinação de resíduos, materiais ambientais, eficiência energética)	Constitui infração autônoma, podendo elevar a gravidade em um nível ou ensejar multa específica

21.4. A Contratada obriga-se a observar as seguintes práticas de sustentabilidade durante a execução do contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta matriz:

Item	Obrigação	Forma de verificação
I	Destinação adequada de resíduos da construção civil	Apresentação de manifestos de transporte de resíduos (MTR) e comprovantes de recebimento por destinador ambientalmente licenciado
II	Uso de materiais com desempenho ambiental comprovado, quando tecnicamente viável (ex.: frascos recicláveis ou biodegradáveis, materiais com menor impacto ambiental e equipamentos com certificação ambiental)	Declaração do fabricante, certificado de procedência ou selo ambiental (ex.: ABNT NBR ISO 14021 - Rotulagem Ambiental)
III	Adoção de soluções que favoreçam eficiência energética	Relatório de rotas e consumo de combustível, especificações técnicas dos equipamentos

21.4.1. No que refere-se à contratação em referência, consideram-se *tecnicamente viáveis* as soluções sustentáveis que não impliquem comprometimento da qualidade das análises, dos prazos de entrega ou aumento de custo superior a 10% (dez por cento) em relação à solução convencional, devidamente justificado pela Contratada.

21.5. As infrações são objetivamente classificadas por gravidade:

21.5.1. Infrações leves

1. Atraso de até 3 dias úteis na entrega de laudos ou relatórios, desde que não reiterado.
2. Desvio de até 5 pontos percentuais da meta do indicador de desempenho esperado, sem dano à saúde pública.
3. Falha pontual de comunicação (inclusive respostas a e-mails).
4. Descumprimento pontual e sem dano ambiental de uma das obrigações de sustentabilidade (ex.: atraso

na apresentação do comprovante de destinação de resíduos por até 5 dias úteis).

Penalidade aplicável (cumulativa ou isolada):

- Advertência formal (por escrito, com prazo para correção).
- Multa de 1% a 3% sobre o valor da parcela mensal.

21.5.2. **Infrações médias**

1. Atraso na entrega de laudos ou relatórios entre 4 e 8 dias úteis.
2. Desvio entre 5,1 e 15 pontos percentuais da meta do indicador de desempenho esperado, sem dano à saúde pública.
3. Desvio de até 5 pontos percentuais da meta do indicador de desempenho esperado, com dano à saúde pública.
4. Subcontratação sem autorização prévia de serviços que não excedam 10% do valor global do objeto.
5. Descumprimento de obrigação de sustentabilidade com reincidência leve ou com dano ambiental de pequeno impacto (ex.: destinação inadequada de resíduos não perigosos em volume reduzido, sem contaminação comprovada).

Penalidade aplicável (cumulativa ou isolada):

- Multa de 4% a 8% sobre o valor da parcela mensal.
- Exigência de plano de ação corretivo, com prazo de 10 dias úteis.

21.5.3. **Infrações graves**

1. Atraso na entrega de laudos ou relatórios superior a 8 dias úteis.
2. Desvio superior a 15 pontos percentuais da meta do indicador de desempenho esperado.
3. Recusa injustificada em corrigir falhas apontadas pela Fiscalização.
4. Subcontratação sem autorização de serviços iguais ou maiores que 10% do valor global do objeto, ou em qualquer percentual no caso de serviços críticos para atendimento ao Cronograma Físico-financeiro aprovado.
5. Descumprimento de prazos de solução de incidentes críticos (24 horas) ou de alta prioridade (72 horas).
6. Descumprimento grave de obrigação de sustentabilidade, incluindo:
 - Destinação inadequada de resíduos perigosos em desacordo com a legislação ambiental aplicável;
 - Uso comprovado de materiais sem o desempenho ambiental exigido, quando havia viabilidade técnica; e
 - Adoção de soluções com eficiência energética manifestamente inferior à disponível no mercado, sem justificativa.

Penalidade aplicável (cumulativa ou isolada):

- Multa de 9% a 15% sobre o valor da parcela mensal.
- Suspensão temporária de participação em seleções da Contratante por até 90 dias.
- Exigência de garantia complementar.

21.5.4. **Infrações gravíssimas**

1. Recusa total no cumprimento das obrigações contratuais (abandono).
2. Interrupção injustificada da execução dos serviços, causando paralisação relevante do objeto contratado.
3. Falsificação, adulteração ou supressão de registros, medições, relatórios, documentos técnicos ou demais elementos utilizados para comprovação da execução contratual.
4. Violação de sigilo ou de dados pessoais, em desacordo com a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), com dano comprovado.
5. Subcontratação integral ou fraudulenta do objeto.
6. Reincidência em infrações graves no prazo de 90 dias.
7. Descumprimento sistemático ou doloso das obrigações de sustentabilidade, incluindo:
 - Descarte ilegal de resíduos perigosos em local não licenciado, com dano ambiental comprovado;
 - Falsificação de documentos relativos à destinação de resíduos ou à procedência de materiais; e
 - Prática que cause dano ambiental direto à bacia hidrográfica (ex.: contaminação adicional, despejo irregular).

Penalidade aplicável (cumulativa ou isolada):

- Multa de 16% a 20% sobre o valor global do contrato.
- Suspensão de participação em seleções da Contratante por até 2 anos.
- Solicitação de declaração de inidoneidade aos órgãos competentes.
- Execução da garantia (caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou outras modalidades previstas).
- Comunicação ao órgão ambiental competente (ex.: Ibama, secretarias estaduais de meio ambiente) para apuração de infrações ambientais autônomas.

21.6. Para fins de clareza inequívoca, o resumo de infrações e penalidades é relacionado em matriz de dosimetria:

Gravidade	Exemplos de infrações	% Multa sobre parcela mensal	% Multa sobre contrato global	Penalidades acessórias
Leve	Atraso ≤3 dias; desvio ≤5% da meta; atraso na entrega de comprovante de destinação de resíduos (≤5 dias)	1% a 3%	Não se aplica	Advertência
Média	Atraso 4 a 8 dias; subcontratação parcial sem autorização prévia <10%; descumprimento de sustentabilidade com reincidência leve ou dano ambiental pequeno	4% a 8%	Não se aplica	Plano de ação corretivo; compensação ambiental
Grave	Atraso >8 dias; desvio >15%; subcontratação parcial sem autorização prévia ≥10%; incidente crítico não resolvido em 24h; destinação inadequada de resíduos perigosos; uso de material sem certificação ambiental	9% a 15%	Não se aplica	Suspensão até 90 dias; garantia complementar; plano de mitigação
Gravíssima	Abandono; interrupção; violação da LGPD; subcontratação total de serviço sem autorização/previsão contratual; reincidência grave; descarte ilegal de resíduos; falsificação; dano ambiental	16% a 20%	16% a 20%	Suspensão até 2 anos; declaração de inidoneidade; execução da garantia; comunicação ao órgão ambiental

21.7. A Contratada estará sujeita a fator de atenuação por boas práticas de sustentabilidade, podendo ter multas reduzidas em até 20% (vinte por cento) se comprovar, no momento de defesa prévia, que:

- Adotou voluntariamente práticas de sustentabilidade superiores às exigidas neste TR (ex.: uso de frota elétrica, certificação ambiental do laboratório, logística reversa de embalagens);
- Implementou medidas corretivas imediatas e eficazes para reparar o dano ambiental, antes da notificação da fiscalização;
- Possui certificação ambiental reconhecida (ex.: ISO 14001, Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, selo ABNT NBR ISO 14021).

21.7.1. A redução por boas práticas de sustentabilidade não se aplica a infrações graves ou gravíssimas com dano ambiental comprovado, exceto nos casos de reparação voluntária imediata e integral.

21.8. O somatório das multas aplicadas em um mesmo mês não pode ultrapassar 20% do valor da parcela mensal. No caso de infração gravíssima que enseje multa sobre o valor global, esta não se acumula com a multa mensal pelo mesmo fato gerador, prevalecendo a de maior valor.

21.9. Caracteriza-se *reincidência* quando a mesma infração (ou infração de mesma gravidade) ocorre dentro de 90 dias da primeira notificação. Na reincidência, a multa-base poderá ser agravada, observado o procedimento sancionatório aplicável. Em caso de segunda reincidência, poderá ser aplicado fator de agravamento de até 2,0, observados os critérios de dosimetria, o contraditório, a ampla defesa e a análise do caso concreto.

21.10. Case a Contratada comprove, no prazo de defesa, que a falha decorreu de caso fortuito ou força maior

devidamente demonstrado, a justificativa apresentada deverá ser considerada na instrução do procedimento sancionatório, podendo resultar no afastamento ou na redução da penalidade, a critério da autoridade competente.

21.11. A autoridade competente da Contratante poderá reduzir multas em até 30% se a Contratada corrigir espontaneamente a falha antes da notificação formal.

21.12. As penalidades previstas neste TR não excluem a possibilidade de a Contratada responder perante os órgãos ambientais (Ibama, secretarias estaduais e municipais de meio ambiente) por infrações à legislação ambiental, nos termos da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

21.13. Para fins de aplicação da matriz de dosimetria, estabelece-se os seguintes indicadores de desempenho:

Indicador	O que mede	Meta
Indicador 1 - Pontualidade na Entrega de Laudos e Relatórios de Controle Tecnológico	Percentual de laudos individuais entregues dentro do prazo máximo de 12 dias úteis após a coleta / vistoria / ensaio final	≥ 95%
Indicador 3 - Taxa de Não Conformidade em Análises Laboratoriais	Percentual de análises com erros técnicos, desvios ou falhas de calibração	≤ 10%
Indicador 4 - Taxa de Resultados Inconsistentes (Reanálises)	Percentual de laudos que necessitam de reanálise por erros ou questionamentos técnicos	≤ 10%
Indicador 5 - Pontualidade na Entrega de Relatórios Gerenciais Mensais (inclusive Cronograma Físico-financeiro atualizado)	Entrega até o 10º dia útil do mês subsequente	98%
Indicador 6 - Pontualidade na Entrega de Relatórios Consolidados Trimestrais	Entrega até o 10º dia útil do mês subsequente ao trimestre	98%
Indicador 7 - Prazo de Repasse do Cronograma Físico-Financeiro	Antecedência mínima de 10 dias úteis à data da vistoria técnica de Fiscalização	100%
Indicador 8 - Tempo de Resposta a Solicitações da Contratante	Resposta inicial em horas úteis	24h (média/alta) 48h (baixa)
Indicador 9 - Tempo de Resolução de Não Conformidades	Correção efetiva ou plano de ação implementado	100%

22. SIGILO

22.1. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo com relação às informações e dados de interesse da Agência e dados pessoais que venha a tomar conhecimento.

22.2. Todas as informações e dados trafegados entre a Agência e a empresa CONTRATADA são confidenciais, devendo a CONTRATADA garantir o sigilo das informações que lhe forem confiadas, não havendo a divulgação a terceiros de informações sem a expressa autorização da Agência.

22.3. A CONTRATADA deverá garantir a proteção de dados conforme a legislação em vigor, em especial os preceitos da Lei nº 13.709/2018.

22.4. Todas as informações geradas e armazenadas em base de dados, relativas aos atendimentos prestados, são de propriedade da Agência, sendo dever da CONTRATADA garantir formalmente seu sigilo e torná-los disponíveis de imediato. A metodologia empregada nesta prestação de serviços é de propriedade e responsabilidade da CONTRATADA. Sendo todas as informações geradas e armazenadas referentes aos atendimentos prestados de propriedade EXCLUSIVA da AGÊNCIA, não poderá a CONTRATADA utilizá-las para qualquer finalidade sem a prévia e expressa autorização formal da Agência.

23. VISITA TÉCNICA

23.1. A visita técnica presencial é facultativa, todavia, tendo em vista a complexidade do objeto e das peculiaridades da edificação existente altamente recomendável, espera-se que, com a vistoria, os participantes verifiquem *in loco* as patologias do piso atual, que apresenta aprofundamento e instabilidade, exigindo solução específica. Assim, o participante deverá validar a integridade dos elementos a serem reaproveitados e as condições operacionais, análise esta não aferível apenas por documentação técnica.

23.2. Registra-se que integra os anexos deste Termo de Referência a avaliação técnica prévia da estrutura existente, a qual indicou resistência característica à compressão de 44,61 MPa para os elementos da superestrutura, conforme Laudo Técnico emitido pela CONPAV (Anexo V - 0267240). O referido laudo contempla, ainda, os resultados das investigações geotécnicas realizadas no local, incluindo relatório de sondagem à percussão (SPT), os quais fundamentam as diretrizes técnicas adotadas no Projeto Básico.

23.3. A vistoria deve ser realizada por representante legal, responsável técnico ou engenheiro habilitado e devidamente autorizado, mediante agendamento prévio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, em horário comercial, junto aos canais indicados no instrumento convocatório. O agendamento limite deve ocorrer até 3 (três) dias úteis antes da data de apresentação das propostas. O acompanhamento será feito por representante da Contratante ou do DSEI Yanomami, e a comprovação dar-se-á mediante o Atestado de Vistoria (Anexo XII - 0269292), assinado por ambas as partes.

23.4. O participante que optar por não realizar a vistoria técnica deverá apresentar, juntamente com sua proposta, o Termo de Pleno Conhecimento das Condições do Local (Anexo XIII), declarando que:

I - Tomou ciência das características do local, das condições da edificação existente, das patologias descritas no Relatório de Sondagem (Anexo V) e das demais informações técnicas disponibilizadas;

II - Assume integralmente os riscos decorrentes da ausência de verificação presencial, incluindo aqueles relativos a condições não previstas na documentação técnica fornecida; e

III - Não poderá, em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento das condições locais como justificativa para pleitear revisão de preços, aditivos contratuais ou prorrogação de prazos não previstos no instrumento convocatório.

23.5. A ausência de apresentação do Atestado de Vistoria ou do Termo de Pleno Conhecimento das Condições do Local implicará a inabilitação do participante.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Poderá ocorrer a subcontratação de partes do objeto, desde que previamente submetida à Contratante solicitação formal de autorização, devidamente justificada e acompanhada da documentação técnica comprobatória da capacidade técnica do subcontratado. Não poderão ser integralmente transferidas a terceiros as atribuições de coordenação geral, gerenciamento executivo da obra e responsabilidade técnica principal do contrato.

24.2. Fica autorizada, desde que observado o percentual máximo de subcontratação estabelecido neste item, a subcontratação dos seguintes serviços:

a) Elaboração do Projeto Executivo;

b) Execução do estaqueamento;

c) Execução da estrutura metálica e telhas da cobertura; e

d) Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado.

24.3. A subcontratação não poderá resultar na transferência integral da execução contratual, da coordenação técnica global da obra ou da responsabilidade principal da Contratada perante a Contratante.

24.4. A autorização para subcontratação não exime a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto, pela qualidade técnica dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, ainda que executadas por subcontratados.

24.5. A lista de serviços passíveis de subcontratação prevista no subitem 24.2 possui caráter exemplificativo, não sendo exaustiva. A subcontratação de serviços não previstos neste item, bem como a alteração do percentual máximo do valor do contrato acima especificado, dependerá de autorização expressa e prévia da Contratante, mediante justificativa técnica circunstanciada.

24.6. A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo contratual direto entre a Contratante e a subcontratada.

25. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Agência à continuidade do contrato.

25.2. Eventual fusão, incorporação, cisão ou outra forma de reorganização societária da contratada não a eximirá das obrigações assumidas perante a AgSUS, ficando a sucessora responsável pela integral assunção dos direitos e obrigações decorrentes da contratação, desde que mantidas as condições de habilitação exigidas no certame, a capacidade técnica, operacional e econômico-financeira necessária à execução do objeto e desde que não haja prejuízo ao interesse da Contratante.

26. GARANTIA CONTRATUAL

26.1. O adjudicatário deverá prestar garantia de execução do contrato, nos termos do Art. 65 da Resolução CDA nº 23/2025 (Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS), com validade durante toda a execução contratual. Será exigido prestação da garantia na modalidade seguro-garantia, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato. A seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumirá a execução e conclusão do objeto do contrato, conforme previsão estabelecida no parágrafo 2º e seguintes do Art. 65 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.

26.2. Em consonância com o disposto no item anterior, será obrigatória a previsão de cláusula de retomada (*step-in*) na apólice, pela qual a seguradora, em caso de inadimplemento da Contratada, assumirá a execução e a conclusão do objeto contratado.

- 26.3. Caracterizado o inadimplemento da Contratada e acionada a cláusula de retomada, a seguradora poderá:
- a) ter livre acesso aos locais de execução do objeto contratual;
 - b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
 - c) acessar documentos técnicos, administrativos, contábeis e financeiros relacionados à execução contratual, para fins de auditoria, avaliação de riscos e adoção das providências necessárias à continuidade da execução; e
 - d) subcontratar, total ou parcialmente, a execução remanescente necessária à conclusão do objeto contratual, observadas as condições estabelecidas no contrato principal e na legislação aplicável.
- 26.4. A apólice de seguro-garantia deverá permanecer válida e eficaz durante toda a vigência do contrato, inclusive suas prorrogações, não podendo o inadimplemento, atraso ou falta de pagamento do prêmio pela Contratada ser invocado para afastar ou restringir a cobertura securitária. A garantia somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações contratuais e o recebimento definitivo do objeto.
- 26.5. Será admitida a substituição da apólice de seguro-garantia por ocasião de sua renovação ou aniversário, desde que sejam mantidas, no mínimo, as mesmas condições, coberturas e limites da apólice substituída, sem interrupção da cobertura e sem ocorrência de qualquer período descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual regularmente formalizados.
- 26.6. A garantia contratual assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- I - prejuízos decorrentes do não cumprimento do objeto do contrato e do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - II - prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo da Contratada durante a execução do contrato;
 - III - multas moratórias e punitivas aplicadas à Contratada; e
 - IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, inclusive relativas ao FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando cabível.
- 26.7. A Contratante poderá executar a garantia na forma prevista na legislação aplicável e no Regulamento de Compras e Contratações da Agência sempre que configurado inadimplemento contratual.
- 26.8. A Contratada autoriza expressamente a Contratante a reter, executar ou utilizar, total ou parcialmente, a garantia prestada, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato.
- 26.9. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 26.10. Para fins de operacionalização da cláusula de retomada, a seguradora deverá firmar o contrato, bem como eventuais termos aditivos que impliquem alteração das condições garantidas, na qualidade de interveniente anuente. As alterações de prazo, valor ou demais condições contratuais que impliquem modificação das obrigações garantidas deverão ser refletidas na apólice mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora. Nesses casos, a garantia deverá ser complementada, ajustada ou renovada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, observados os mesmos parâmetros adotados na contratação inicial.
- 26.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem da Agência ou em decorrência de inadimplemento da própria Agência, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou promover o respectivo endosso até a emissão da ordem de reinício da execução ou a regularização da situação que motivou a suspensão.
- 26.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá promover sua recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Contratante, contado da respectiva notificação.
- 26.13. O emitente da garantia deverá ser formalmente notificado pela Agência acerca da instauração de procedimento destinado à apuração de descumprimento de obrigações contratuais pela Contratada.
- 26.14. Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e respectiva comunicação poderão ocorrer após o término de sua vigência, não constituindo motivo para negativa de cobertura, desde que observados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 26.15. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação expedida pela SUSEP.
- 26.16. Antes do término da vigência da apólice, a Agência deverá verificar a existência de pendências contratuais que possam ensejar a manutenção da cobertura securitária ou o acionamento da garantia.
- 26.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Agência.
- 26.18. O garantidor não integra a relação contratual principal e não possui legitimidade para figurar como parte em processo administrativo instaurado pela Contratante para apuração de prejuízos e/ou aplicação de sanções à Contratada, sem prejuízo de sua ciência e participação nos casos expressamente previstos na legislação e na apólice.

27. RESCISÃO DO CONTRATO

27.1. Verificado o inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE terá o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no ato convocatório ou no contrato, inclusive a suspensão do direito de participar de seleção de fornecedores e contratar com a Agência pelo prazo de até 2 (dois) anos.

28. HIERARQUIA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

28.1. Para fins de interpretação das especificações e execução do objeto, os documentos que compõem esta contratação observarão a seguinte ordem de prevalência, em caso de divergência:

- I - Contrato;
- II - Edital;
- III - Termo de Referência;
- IV - Caderno de Encargos;
- V - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto Básico;
- VI - Desenhos e pranchas do Projeto Básico;
- VII - Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro de referência.

28.2. Reitera-se que os quantitativos constantes das planilhas orçamentárias possuem caráter estimativo e referencial, cabendo aos participantes considerar a integralidade das especificações técnicas e das soluções previstas nos demais documentos para a elaboração de suas propostas.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Somente serão aceitas propostas comerciais cujo teor atenda o presente Termo de Referência em todas as suas exigências.

29.2. As empresas deverão contemplar em seus orçamentos e propostas técnicas todos os itens necessários à adequada realização dos serviços, mesmo que não estejam explicitados neste Termo de Referência e anexos.

30. ANEXOS

ANEXO I - Caderno de Encargos - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430277);

ANEXO II - Orçamento Sintético - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430247);

ANEXO III - Orçamento Analítico - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430257);

ANEXO IV - Composições de Preço Unitário - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430400);

ANEXO V - Relatório de Sondagem - Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0267240);

ANEXO VI - Cronograma Físico-Financeiro - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430441);

ANEXO VII - Projeto Básico da Reforma e Adequação da Casa de Saúde Indígena Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430457);

ANEXO VIII - Curva ABC de Insumos da Obra - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430465);

ANEXO IX - Curva ABC de Serviços da Obra - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430473);

ANEXO X - Relatório de Revisão do Orçamento de Referência - Centro de Abastecimento Farmacêutico Yanomami (CAF-Y - Boa Vista/RR) - (SEI nº 0430486);

ANEXO XI - Ordem de Início dos Serviços - (SEI nº 0269075);

ANEXO XII - Declaração de Vistoria - (SEI nº 0269292);

ANEXO XIII - Termo de Pleno Conhecimento das Condições do Local - (SEI nº 0422471);

ANEXO XIV - Modelo de Propostas de Preços - (SEI nº 0269315).

Anexo XV - Base BDI_Acórdão-2622-2013 (SEI nº 0267310).

ANEXO XVI - Composição BDI (SEI nº 0479963).

ANEXO XVII - Matriz de Riscos (SEI nº 0481890).

Documento elaborado por:

TATHIANA CARAM SOUZA DE PAULA FIGUEIREDO
Analista de Gestão - Engenharia Civil
CSIAMI/NEIS/DIOP
[assinado eletronicamente]

Revisado por:

TAÍSSA RAFAELA GUINANCIO DE SOUZA
Coordenadora da Coordenação de Infraestrutura e Ambiente Institucional
CSIAMI/NEIS/DIOP
[assinado eletronicamente]

Documento revisado e aprovado por:

SARAH CHRISS JOSINO MENDES



Documento assinado eletronicamente por **Tathiana Caram Souza De Paula Figueiredo, Analista de Gestão**, em 10/06/2026, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Taissa Rafaela Guinancio de Souza, Coordenador(a) de Serviços de Infraestrutura e Ambiente Institucional**, em 10/06/2026, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Chriss Josino Mendes, Gestor(a) de Serviços do Núcleo Especializado de Infraestrutura e Serviços**, em 10/06/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.agenciasus.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0515770** e o código CRC **F1B0AE33**.